



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16/2020/COPOC/ASDEN/DETI/SUPERINTENDENTE/SUSEP

**TERMO DE REFERÊNCIA DETIC Nº 05/2020**  
**SUSEP - Superintendência de Seguros Privados**  
**(Processo Administrativo nº 15414.611563/2020-95)**

**1. DO OBJETO****1.1. Descrição da Solução de TIC**

Aquisição de licenças perpétuas de Microsoft Visual Studio Professional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	CATSER	Qtde	Valor Unitário	Valor Total Máximo
1	Aquisição de licenças perpétuas de Microsoft Visual Studio Professional.	Unid.	27472	15	R\$ 8.729,11	R\$ 130.936,65

1.2. O objeto da licitação a ser adquirido por meio do presente Termo de Referência possui NATUREZA COMUM, ou seja, a caracterização do objeto aqui tratado está em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.

**1.5. Cota Reservada**

1.5.1. Em atendimento à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, art. 48, inc. III, da LC nº 123/06 e de acordo com o artigo 8º do Decreto nº 8538/2015, o Lote 02 será reservado à participação exclusiva de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, como destaque a seguir:

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

(...)

*III – deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

1.5.2. Para o Lote 01, poderão participar os interessados que atenderem às exigências constantes no Edital e de seus Anexos e, inclusive, que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 e do Decreto nº 8.538, de 06.10.2015, art. 8, transcrito abaixo:

(...)

*2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

*3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

Lote	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	CATSER	Qtde	Valor Unitário	Valor Total Máximo
1	Aquisição de licenças perpétuas de Microsoft Visual Studio Professional.	Unid.	27472	11	R\$ 8.729,11	R\$ 96.020,21
2	Aquisição de licenças perpétuas de Microsoft Visual Studio Professional.	Unid.	27472	4	R\$ 8.729,11	R\$ 34.916,44

1.5.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.5.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Contextualização e Justificativa

O Visual Studio é a ferramenta utilizada para desenvolvimento da maioria dos softwares construídos pela Susep.

Com o ingresso de novos recursos humanos movimentados de outros órgãos na equipe de Desenvolvimento de Software da Susep, sobreveio a necessidade de disponibilização de ferramentas de desenvolvimento para esses profissionais. Em adição, a mesma necessidade deve ser atendida em relação à equipe da Fábrica de Software Contratada pela Susep. Dessa forma, com tais licenças será possível a padronização do trabalho e aumento da produtividade das atividades de desenvolvimento de software.

Através do processo SEI 15414.610000/2016-01 foram adquiridas 14 licenças de Microsoft Visual Studio Professional Edition e 3 licenças de Microsoft Visual Studio Enterprise Edition. Essa aquisição, contudo, não atendeu todo o time por questões de limitação orçamentária. Assim, será necessária a aquisição adicional de licenças Microsoft Visual Studio Professional em atendimento à demanda levantada pelo DETIC em função da recepção dos novos recursos humanos (movimentações Portaria nº 193/2018), da ampliação do time interno de desenvolvimento e da expansão da equipe de Fábrica de Software. Tal posto, a aquisição garantirá que todos os analistas de desenvolvimento e incidentes da Susep, bem como os analistas da Fábrica de Software, possam atuar num ambiente homogêneo, integrado e produtivo de desenvolvimento de software.

Portanto, conforme Estudo de Quantitativo acima realizado pela COPROJ e ASDEN, deverão ser adquiridas 15 (quinze) licenças perpétuas de Microsoft Visual Studio Professional.

Tal posto, a SUSEP propõe ao mercado licitação visando a aquisição dessas licenças.

## 2.2. Alinhamento Estratégico

ALINHAMENTO AO PEI/SUSEP 2016-2020	
ID	Objetivos Estratégicos
01	Prover soluções inovadoras de TIC por meio da transformação digital

ALINHAMENTO AO PDTI/SUSEP 2017-2020			
ID	Necessidade do PDTI	ID	Ação do PDTI associada
N29	Adquirir ou renovar licenças de software necessárias à SUSEP	A3	Adquirir licenças de Visual Studio

ALINHAMENTO AO PAC-SUSEP/2020	
Item	Descrição
-x-	Aguardando alteração no PAC 2020 conforme documentos 0791032 e 0791037.

## 2.3. Parcelamento da Solução de TIC

Não caberá parcelamento.

## 2.4. Resultados e Benefícios a serem alcançados com a Contratação

- 2.4.1. Aumento da produtividade no desenvolvimento de Software;
- 2.4.2. Melhoria da qualidade dos sistemas desenvolvidos;
- 2.4.3. Maior velocidade no diagnóstico de erros nos sistemas;
- 2.4.4. Capacidade de identificar gargalos de performance e trechos de código não testados, aumentando assim a qualidade do código;
- 2.4.5. Ambiente integrado de gestão de configuração e publicação dos sistemas;
- 2.4.6. Aperfeiçoamento do acompanhamento gerencial das atividades das equipes.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 3.1. Requisitos de Negócio

- 3.1.1. Deverão ser fornecidas licenças de software Microsoft Visual Studio Professional.
- 3.1.2. As licenças deverão ser perpétuas.

3.1.3. As licenças deverão ser atreladas a serviço de Software Assurance (MSDN) vigente por 36 (trinta e seis) meses.

3.1.4. Quantidade de licenças a serem fornecidas: 15 (quinze).

### 3.2. **Requisitos de Mídia**

3.2.1. As licenças deverão ser entregues à Susep por meio do Centro de Serviços de Licenças por Volume da Microsoft (VLSC: <https://www.microsoft.com/Licensing/servicecenter/default.aspx>) sob a gestão exclusiva da Susep através da seguinte conta: coproj.rj@susep.gov.br.

3.2.2. Chave de ativação única para o fornecimento de todas as licenças.

### 3.3. **Requisitos de Versão**

3.3.1. As licenças deverão ser da versão correspondente à última build disponibilizada pela fabricante do software.

### 3.4. **Requisitos Legais**

3.4.1. As licenças deverão ser genuínas em atendimento à Lei 9.609/98.

3.4.2. O planejamento e a execução contratual serão conforme os seguintes diplomas legais:

a) Lei 8666/93;

b) Lei 10.520/2002;

c) Decreto 10.024/2019;

d) Instrução Normativa 01/2019-SGD/ME;

e) Demais normativos aplicáveis relacionados a licitações e contratos administrativos.

### 3.5. **Requisitos de Manutenção**

3.5.1. O fabricante do software deverá disponibilizar à Susep novas versões e patches de correção e/ou atualização sempre que disponibilizados ao mercado, enquanto estiverem na vigência os correspondentes serviços de Software Assurance.

### 3.6. **Requisitos Temporais**

3.6.1. Licenças de uso perpétuo dos componentes de software fornecidos.

3.6.2. Entrega das licenças em até 30 dias corridos após a apresentação da Ordem de Fornecimento.

3.6.3. As licenças deverão ser acompanhadas por serviços Microsoft conhecidos como “Software Assurance” vigentes por 36 meses contados do Termo de Recebimento Definitivo.

### 3.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

3.7.1. As licenças de software deverão estar no idioma “pt-br”, ou, não sendo possível, obrigatoriamente em inglês.

### 3.8. **Restrição de preço**

- 3.8.1. Na hipótese de serem fornecidas licenças com “Identificador Microsoft” 77D-00110, o preço unitário máximo será de R\$ 4.656,30 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).
- 3.8.2. A limitação fixada no item anterior é originada no Anexo I do ACORDO CORPORATIVO Nº 8/2020 celebrado entre a Microsoft e a União.
- 3.8.3. O teor do referido acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/acordo-corporativo-no-8-2020-microsoft.pdf>
- 3.8.4. O Anexo I do acordo está disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/anexo-i-microsoft.ods/@download/file/Anexo%20I%20Microsoft.ods>

#### 4. RESPONSABILIDADES

##### 4.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 4.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do Instrumento Contratual;
- 4.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens ou instrumento congênere, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 4.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 4.1.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 4.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Instrumento Contratual;
- 4.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 4.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 4.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 4.1.9. Fiscalizar a execução do Instrumento Contratual com base na legislação aplicável e neste termo de referência;
- 4.1.10. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Instrumento Contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

##### 4.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 4.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do Instrumento Contratual;
- 4.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

- 4.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 4.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do Instrumento Contratual pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 4.2.5. Manter, durante toda a execução do Instrumento Contratual, as mesmas condições da habilitação;
- 4.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do Instrumento Contratual, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 4.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do Instrumento Contratual; e
- 4.2.8. Fornecer a totalidade das licenças de software de acordo com todas as especificações do item 3.
- 4.2.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.2.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

## 5. **MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

O Modelo de Execução do Contrato deverá contemplar as condições necessárias ao fornecimento da solução de TIC, observando os itens a seguir.

### 5.1. **Sequência de Execução**

- 5.1.1. A Susep enviará a Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho à Contratada.
- 5.1.2. A Contratada informará à Susep sobre a disponibilização da totalidade das licenças de Microsoft Visual Studio Professional nas condições previstas no item 3, enviando a respectiva nota fiscal;
- 5.1.3. A Susep emitirá o Termo de Recebimento Provisório em até 5 (cinco) dias contados da notificação a que se refere o item anterior;
- 5.1.4. A Susep aferirá a fidelidade da entrega às condições deste Termo de Referência, reportando à Contratada quaisquer irregularidades, que deverão ser sanadas em até 5 dias úteis após a comunicação;
- 5.1.5. Após verificada a conformidade da entrega às condições fixadas neste instrumento, a Susep emitirá Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias corridos da emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- 5.1.6. O processo será enviado à área administrativa para procedimentos de pagamento.

### 5.2. **Procedimentos de fornecimento da solução de TIC**

- 5.2.1. Quantidade de licenças fornecidas: 15 (quinze).
- 5.2.2. Forma de disponibilização das licenças: conforme item 3.2;

- 5.2.3. Prazo de entrega: menor ou igual ao fixado no item 3.6;
- 5.2.4. A build das licenças deverá ser a mais recente disponibilizada pela fabricante do software;
- 5.2.5. As licenças deverão ser configuráveis para língua portuguesa do Brasil (pt-br).

5.3. **Quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle**

- 5.3.1. A Contratada deverá disponibilizar num único ato todas as 15 (quinze) licenças de Microsoft Visual Studio Professional.

5.4. **Mecanismos formais de comunicação**

- 5.4.1. A Ordem de Fornecimento será entregue pela Susep à Contratada;
- 5.4.2. Por se tratar de simples entrega, a Nota de Empenho será o Instrumento Contratual utilizado para a execução do objeto;
- 5.4.3. Demais comunicações entre os polos do Instrumento Contratual se darão por e-mail, ofício ou carta.

5.5. **Do Pagamento**

- 5.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do Instrumento Contratual.
- 5.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 5.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.5.6. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências

impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Instrumento Contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.5.11.1. Será rescindido o Instrumento Contratual em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 5.6. Critérios de Aceitação

5.6.1. As licenças deverão ser entregues conforme todas as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## 5.7. Procedimentos de Teste e Inspeção

5.7.1. As licenças serão recebidas provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7.2. A Susep acessará sua conta no sítio da Central de Serviços de Licenças por Volume da Microsoft, conforme item 3.1., onde verificará os itens abaixo:



- 5.7.2.1. A Susep verificará se é a gestora exclusiva das licenças;
- 5.7.2.2. A Susep verificará a quantidade de licenças disponibilizadas.
- 5.7.2.3. A Susep verificará se as licenças correspondem ao especificado no item 3 e se estão de acordo com a proposta comercial.
- 5.7.2.4. A Susep procederá todas essas verificações para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

5.7.3. As licenças serão recebidas definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 5.8. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

5.8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 5.8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 5.8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 5.8.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 5.8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 5.8.1.5. Cometer fraude fiscal.

5.8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- 5.8.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 5.8.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 5.8.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 5.8.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 5.8.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 5.8.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - 5.8.2.6.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 5.8.1 deste Termo de Referência.
- 5.8.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

5.8.3. As sanções previstas nos subitens 5.8.2.1, 5.8.2.5, 5.8.2.6, e 5.8.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

5.8.4. O atraso injustificado na execução do Instrumento Contratual sujeitará a Contratada à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Instrumento Contratual, conforme regula o art. 86, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.4.1. A multa a que alude este item não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Instrumento Contratual e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

5.8.4.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

5.8.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, conforme descrito nos subitens 5.8.2.5 e 5.8.2.7, as empresas ou profissionais que:

5.8.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.8.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

5.8.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5.8.6. Conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Instrumento Contratual e das demais cominações legais, a Contratada que:

5.8.6.1. quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

5.8.6.2. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

5.8.6.3. não mantiver a proposta.

5.8.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

5.8.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

5.8.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.8.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

5.8.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

5.8.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

5.8.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

5.8.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

5.8.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 5.9. Fiscalização

5.9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 6. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A pesquisa de preços foi efetuada conforme orientações constantes na IN SED/ME nº 73, de 2020. Segundo o Inciso I do art. 5º da referida IN, foi realizada a consulta no Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, porém não foi localizada cotação com objeto semelhante ao deste instrumento (0793303).

6.2. Contudo, atendendo o inciso IV do art. 5º da IN SED/ME nº 73, de 2020, foi realizada pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, de acordo com o documento autuado no processo administrativo desta contratação sob o número 0793352.

6.3. O valor global máximo aceitável para a aquisição (critério de aceitabilidade), para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 130.936,65 (cento e trinta mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), em atenção ao §2º do art. 20 da IN SGD/ME nº 01, de 2019 e ao §2º do art. 8 da IN SED/ME nº 73, de 2020.

Empresa	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
SOFTLINE	R\$ 8.075,56	15	R\$ 121.133,40
SOFTWAREONE	R\$ 6.870,17	15	R\$ 103.052,55
VIVO	R\$ 11.241,60	15	R\$ 168.624,00
<b>Média</b>	<b>R\$ 8.729,11</b>	-	<b>R\$ 130.936,65</b>

## 7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1. O pagamento do valor será contra a entrega, sujeito à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2. A estimativa do impacto no orçamento da Susep é de R\$ 130.936,65 (cento e trinta mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), e todo valor será pago no exercício de 2020.

7.3. A indicação das fontes de recurso, conforme os dados dos recursos orçamentários, são os descritos a seguir:

**PTRES: 171907**

**Programa de Trabalho: 04122003220000001**

**Fonte de Recursos: 0280173039**

**Plano Interno: SUSEPSI2000**

## 8. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Tipo e Modalidade da Licitação

8.1.1. O tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa (Anexo 1), utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

8.1.2. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024/19, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço GLOBAL.

8.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de bens se baseia em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de fornecê-los, caracterizando-se como “bem comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

### 8.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

8.2.1. Deverão ser aplicadas as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso.

### 8.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

8.3.1. Os licitantes serão habilitados mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare ter a licitante fornecido licenças de software fabricada pela empresa Microsoft, na modalidade de licenciamento por volume, em característica e quantidades similares ao descrito no item 1 deste documento.

8.3.1.1. O atestado deverá indicar o fornecimento de um quantitativo de bens não inferior a 30% do especificado no ANEXO I deste Edital.

### 8.4. Proposta Comercial

8.4.1. O licitante vencedor deverá informar precisamente a licença a ser fornecida, inclusive o identificador Microsoft (Part-Number), o preço unitário e o valor total, observando as restrições fixadas no item 3.8.

**9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**11. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída conforme documentos SEI nº 0767769.

11.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Membro	Nome do Servidor	Matrícula SIAPE
Integrante Requisitante	RODRIGO ABRANTES TEIXEIRA SIQUEIRA DA GAMA	3155705
Integrante Técnico	NEIRIVAN CARNEIRO MENEZES JÚNIOR	1794591
Integrante Administrativo	SILVIA YUMI KANASHIRO	1799129

EQUIPE SUBSTITUTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante Substituto:	NEIRIVAN CARNEIRO MENEZES JÚNIOR
Integrante Técnico Substituto:	DANIEL MUNDIM RIBEIRO
Integrante Administrativo Substituto:	RAPHAEL LINHARES DE ALCANTARA

**Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2020.**

**ANEXO 1****PROPOSTA COMERCIAL**

**(papel timbrado da empresa)**

**1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

<b>Razão Social:</b>	
<b>CNPJ/MF:</b>	
<b>Endereço Comercial:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Cidade:</b>
<b>Estado:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Telefone:</b>	<b>Fax:</b>
<b>Endereço Eletrônico:</b>	
<b>Site:</b>	
<b>Nome do Contato:</b>	
<b>E-mail:</b>	<b>Celular:</b>
<b>Validade da Proposta: 90 (noventa) dias</b>	

**2 – VALORES DA PROPOSTA COMERCIAL:**

Id	Bem/Serviço	Qtde	Vlr Unitário	Vlr Item
1	<b>Licença de Microsoft Visual Studio Professional</b> <b>Descrição da licença:</b> <preencher com a descrição Microsoft> <b>Part-number:</b> XXX-XXXXX <b>Licenciamento:</b> <preencher com o tipo de licenciamento utilizado>	15		
<b>Valor por extenso</b>				

Nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, lucros, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Declaramos acordo irrestrito às condições fixadas no Termo de Referência DETIC nº 05/2020.

(Cidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Identificação do responsável



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA YUMI KANASHIRO (MATRÍCULA 1799129), Analista Técnico da SUSEP**, em 28/09/2020, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL MUNDIM RIBEIRO (MATRÍCULA 1691839), Analista Técnico da SUSEP**, em 29/09/2020, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO ABRANTES TEIXEIRA SIQUEIRA DA GAMA (MATRÍCULA 3155705), Chefe de Departamento Substituto**, em 29/09/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO JOSÉ BRASIL DE CARVALHO (MATRÍCULA 3150604), Chefe de Departamento**, em 30/09/2020, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.susep.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0805136** e o código CRC **1A485290**.